

REQUERIMENTO N° , DE 2012 – CRE

Requeiro nos termos do art. 93, inciso II, a realização de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para discutir as barreiras burocráticas impostas pela Argentina à entrada de produtos brasileiros, suas implicações e alternativas de solução. Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados:

- Sr. Paulo Skaf – Presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo);
- Sr. Heitor Müller – Presidente da FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul);
- Sr. José Carlos Becker – Presidente da ABTI (Associação Brasileira dos Transportadores Internacionais);
- Sr. Fernando Pimentel – Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio;
- Sr. Embaixador Antônio José Ferreira Simões – Subsecretário Geral da América do Sul, Central e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores

Sala das Comissões,

Senadora **Ana Amélia**
(PP-RS)

Justificativa

As restrições burocráticas impostas pela Argentina à entrada de produtos brasileiros têm provocado prejuízos à indústria nacional, nos últimos anos, contribuindo para o agravamento do processo de desindustrialização. Agora, em 2012, a Argentina pretende aumentar as barreiras ao comércio entre os dois países, com a exigência de informações prévias sobre todas as importações de bens de consumo.

Dados da FIESP indicam que essas barreiras já causaram perdas de mais de um bilhão de reais à indústria brasileira, somente no ano passado. Em janeiro de 2008, apenas 53 produtos brasileiros necessitavam de licenças não automáticas para entrar naquele país, número que chegou a 756 em 2011.

Estudo da FIERGS, denominado “O Impacto das Barreiras Argentinas”, revela que 40% das empresas do Rio Grande do Sul tiveram prejuízos acima de R\$ 1 milhão e, destas, 8,3% superiores a R\$ 10 milhões em 2011, com as políticas de protecionismo impostas pelo governo argentino para reduzir as importações.

Além dos problemas econômicos, as barreiras protecionistas representam risco à integração sul americana, pois desrespeitam o acordo feito pelos países membros do MERCOSUL, na assinatura do Tratado de Assunção, em 1991.

Por esses motivos, solicito a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.